

Relação Institucional Eclesial e Educacional Superior Protestante – Crises e Conflitos

Almiro Schulz

Resumo

As confissões protestantes norte-americanas que se inseriram no Brasil final do século XIX, logo deram início à implantação de suas instituições educacionais. No decorrer do processo da implantação e desenvolvimento, gestaram-se tensões em vários momentos, entre lideranças eclesiais e educacionais, atingindo as suas respectivas comunidades. Os conflitos se configuraram a partir da relação de poder, por questões econômicas, mas, sobretudo em razão da questão do binômio – evangelização e educação, isto é, em torno da visão da missão da igreja e sua extensão à sociedade.

Palavras chaves: Conflitos, liderança, eclesial, educacional, missão

Abstract

North American protestant confessions that established in Brasil at the end of the nineteenth century soon started introducing their educational institutions. Within this process and development, in different times, many tensions emerged, between ecclesiastical and educational leadership, reaching their own communities. Conflicts were shaped from a relationship of power, for economical reasons and, above all, due to the binomial worship and education, that is, around the view of church mission and its extension to the community.

Key Words: conflicts, leadership, ecclesiastical, mission.

As instituições eclesiais e educacionais, assim como as demais, são configurações do processo das relações sociais, não são, obviamente, naturais e nem derivam das leis da natureza, mas surgem do conjunto da “produção humana”. Como dizem, BERGER e LUCKMANN: “*os homens em conjunto produzem um ambiente humano, com a totalidade de suas formações sócio-culturais, e psicológicas*”. (1983, p.75). O “status” ontológico das instituições é social e não natural e, a “*institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores*” (BERGER & LUCKMANN, 1983, p.79), e isso ocorre no transcurso do processo histórico, não surge de forma espontânea, tem uma história, da qual é produto. Porém, uma vez que ações são institucionalizadas e passam a ter existência objetiva, adquirindo seu “status”, formam no seu conjunto um sistema de controle e de reprodução, isto é, a instituição passa a exercer controle sobre as ações humanas, e pode conduzi-las numa determinada direção.

Do conjunto das relações e instituições surgem outras e novas tipificações, que por sua vez se objetivam e institucionalizam, formando assim um sistema, constituindo a estrutura social.

Com isso quer se dizer que a ação protestante aqui no Brasil, decorreu de uma tipificação, as denominações¹, que aqui deram origem a outras instituições, as igrejas, e estas por sua vez, fundaram as instituições educacionais como; colégios e instituições de educação superior. Mesmo que o protestantismo, na sua visão eclesiológica, não priorise a estrutura institucional, não defenda no seu credo uma organização, mas um modo de vida, passou a ser um espaço onde se estabeleceu um clima e uma cultura organizacional.

As relações sociais não se dão de forma tranqüila, na sua dinâmica surgem conflitos, tensões e contradições. Assim também, surgem conflitos na relação inter-institucional. A historiografia protestante, principalmente a oficial, tem omitido ou evitado a apresentação da crise, entre as instituições. Zuleica C. Mesquita no seu trabalho sobre “As Crises da Faculdade de Teologia em 1968 da Igreja Metodista”, diz que isso tem ocorrido porque normalmente na visão de mundo do protestantismo brasileiro, os acontecimentos, a história são determinadas ou condicionadas por Deus, e nesse caso, não há razão de se ater aos conflitos nas relações humanas, e se prioriza os sucessos, as vitórias. No entanto, se houve sucesso, houve conflitividade, se houve vitória, houve perdedor, o que pressupõe relações conflitivas e não harmônicas .

¹ Um conjunto de igrejas que se organizaram nos EUA, representando uma parte da igreja universal, mas não como única.

Pretende-se nesse texto identificar e analisar as crises e os conflitos que decorreram dessa relação, isto é, sobre as que decorreram e se manifestaram no interior das relações da igreja e da instituição educacional, como resultado da contradição que se gestou entre as duas instituições, a eclesial e a educacional; sobretudo em razão do binômio Evangelização/Educação, da questão econômica e do poder, na busca da prática ideológica e gestão autônoma.

As crises que se manifestaram são, sobretudo, crises de identidade, cuja preocupação maior é da parte das instituições eclesiais. É verdade que hoje as universidades já passam por um processo de compreensão, quanto ao seu relacionamento com a realidade social e do modo da sua inserção na sociedade. Mas ocorre que, mesmo que elas sejam resultado da produção social e das necessidades sociais, ao se consolidarem, passam ter necessidade de sobrevivência (MORAIS, 1995, p.47) e são alvo de avaliações. Diz MORAIS, as universidades confessionais sofrem dupla avaliação: *“quando acertam são apenas universidades, quando erram são confessionais”* (MORAIS, 1995, p.90). A preocupação das igrejas e das mantenedoras é que elas tenham e mantenham alguma especificidade, que as justifique como projetos da igreja, como resultado e manifestação de sua missão.

O texto tem como base fontes bibliográficas e documentais, artigos e notícias publicados em jornais, órgãos oficiais das confessionalidades, trabalhos realizados sobre a educação protestante e sobre o protestantismo brasileiro.

1. Vínculos interinstitucionais- agências missionárias, igrejas e instituições educacionais

Não é simples compreender como as relações se foram configurando e modificando no decorrer do tempo, na medida em que as missões dos diferentes ramos protestantes foram se inserindo no Brasil, por meio da implantação de igrejas locais, que por sua vez, aos poucos foram se organizando em denominações nacionais. Formou-se assim uma relação tríade: missão, denominação/igrejas e instituições educacionais. Os vínculos que foram se estabelecendo entre as igrejas locais, as agências missionárias e as suas instituições educacionais são permeadas de interesses de poder, de necessidades financeiras, que muitas vezes agiam como forças ocultas.

Não será possível tratar de cada situação em particular, far-se-á uma abordagem geral sobre os aspectos que são comuns, que se assemelham

entre os principais ramos protestantes e entre suas instituições educacionais, sobretudo entre as de educação superior, no transcurso de um período.

Na relação entre as “igrejas mãe” e suas agências missionárias, com o seu campo de missão - igrejas e instituições educacionais, podem ser identificadas três fases principais, com uma variação de acordo com os diferentes ramos protestantes. A preocupação, e o enfoque principal nesse texto, como dito, está em relação às instituições de educação superior. Será identificado o que caracteriza cada fase principal.

A primeira fase, é a fase inicial, da inserção, no final do século XIX e início do sec. XX, que se estende aproximadamente até aos anos 1920.² Naturalmente essa data é apenas uma referência. Nessa fase os missionários e missionários-educadores, mantinham o poder e as decisões centralizadas neles. Todo o trabalho e liderança era exercido por eles. As decisões sobre estratégias, sobre projetos, sobre recursos, os postos de poder, dependiam deles. Essa fase é caracterizada como a “fase do domínio e da dependência”. Qualquer projeto, eclesial ou educacional, ficou condicionado aos missionários e às suas agências. É nesse tempo que são lançadas as primeiras iniciativas da implantação de cursos de nível superior, com vistas à universidade.

Nesse primeiro momento, a Igreja Metodista Episcopal do Sul implantou os primeiros cursos superiores no Granbery, em Juiz de Fora (Odontologia, Farmácia e Direito), com o apoio e com recursos do seu “Bord”. Também a missão presbiteriana, o “Bord” de Nova Iorque, após um estudo feito por uma comissão de educadores norte-americanos, em visita ao Brasil em 1888, recomendou a criação de cursos universitários ao Mackenzie College (Anuário da Escola de Engenharia Mackenzie, 1935, p.9). No caso dos batistas, ao decidirem pela fundação de seu colégio no Rio de Janeiro, em 1907, nesse projeto inicial estava previsto a educação superior sob tutela da missão norte americana.

A segunda fase se caracteriza pela separação, isto é, em decorrência das tensões, dos conflitos, pela pressão da liderança nacional emergente, os missionários e suas agências se retiraram da liderança eclesiástica deixando-a para os pastores brasileiros, e passaram a atuar paralelamente, naturalmente ocupando postos importantes, sem no entanto exercer poder decisivo sobre as igrejas locais. Assim, dedicaram-se, fundamentalmente, a dirigir instituições, como editoras, colégios, seminários. Diante disso, as igrejas locais perceberam e conceberam os colégios e educandários como

² Toma-se essa data como “corte” tendo em vista o pós-guerra (1ª guerra mundial), o controle sobre associações, sindicatos, liberdade da imprensa e restrição a entrada de estrangeiros no país. Luiz Antonio CUNHA, A Universidade Temporal, p. 144. Também em razão de que na década de 20, as relações sociais se configuraram para a Revolução dos Trinta. Também porque as confissões buscaram sua autonomia nessa década.

sendo das missões estrangeiras e não os encararam como sendo seus, gerando certa indiferença e distância entre as igrejas e as instituições educacionais. Por exemplo, no caso do Mackenzie, durante essa fase, ele ficou à margem das igrejas presbiterianas. Os seus principais órgãos de comunicação : O Jornal da Missão, O Puritano e outros, não fazem referência ao Mackenzie. Falam de outras instituições, principalmente sobre o Hospital, Colégio de Lavras e outras, mas silenciam sobre o Mackenzie. Significou que as instituições eclesiais e na sua maioria, as educacionais, viveram uma fase de distanciamento entre si, no que se refere à gestão.

A terceira fase se caracteriza pela cooperação, contexto em que as agências e seus missionários, mudaram de estratégia quanto à relação entre eles e as lideranças nacionais, deixaram de exercer o domínio e a ação em separado para um trabalho de apoio e cooperação. Em termos de tempo, as relações começaram a mudar a partir dos anos 40 e 50 e em alguns casos mais cedo e em outros mais tarde. Verifica-se que a partir desses anos, aos poucos as instituições educacionais foram sendo transferidas para as igrejas nacionais, tanto as propriedades, como a sua gestão. Porém, constata-se que os investimentos também começaram a diminuir e que, diante disso, as lideranças das instituições educacionais passaram a buscar mais recursos junto aos poderes públicos.

Entre os Batistas, a nacionalização da gestão da maioria dos colégios se deu a partir de 1960. A iniciativa em fundar uma Universidade Batista do Brasil, em Brasília, de acordo com um texto publicado no Jornal Batista, mostra que a educação passa a ser uma preocupação de lideranças nacionais, com um fundo nacionalista. ...”*será dos batistas do Brasil (...)* procurando envolver os batistas em nível nacional.(...) batistas em todo o país ...” (O JORNAL BATISTA, 1959, p.6).

No decorrer desse tempo, os vários ramos protestantes alcançaram a sua relativa autonomia política e uma crescente autonomia econômica. Com isso, a relação entre as igrejas nacionais e as instituições educacionais foi se fortalecendo.

2. A questão do poder e autonomia na relação institucional

Em toda relação está presente o uso de poder, a questão é de que maneira ele é usado e de que maneira perpassa as relações. Mesmo que o protestantismo defenda a democracia e a liberdade, aliás, uma de suas “bandeiras”, constatam-se conflitos no âmbito do uso do poder e em relação aos limites da liberdade, cuja tensão se manifestou na relação inter-institucional. Rubem Alves (1982, p.107) chega dizer que o fato da

multiplicação dos diferentes grupos de origem protestante, não é, como normalmente se entende, um efeito da sua liberdade, mas sim, da falta dela.

No caso das universidades protestantes em questão, pode-se considerar duas fases: a primeira, a missionária, quando a relação se deu, entre as instituições educacionais e as agências missionárias, os "bords". Époça em que não se chegou ao nível de universidade, apenas aos cursos superiores e se defendia o ideal de universidade. A segunda fase, a partir do período quando passaram para as lideranças nacionais. Époça em que a gestão do Mackenzie foi nacionalizado e os metodistas fundaram várias instituições de educação superior e criaram a sua primeira universidade, a UNIMEP. Na seqüência do texto, serão identificadas algumas situações de crise, tendo como foco o poder e a autonomia de gestão.

O que se vê, é que na relação entre as agências missionárias e seus campos de missão, perpassavam duas questões que condicionaram a ação dos missionários educadores: a questão da autoridade, do poder e a questão financeira, que na verdade não estavam desvinculadas uma da outra. Os missionários estavam sujeitos às missões, dependiam de aspectos deliberativos para poderem executar os projetos e também de recursos que se procurava prover em sua terra natal, para a implantação e manutenção da obra educacional.

Essa relação de dependência e domínio se verifica, por exemplo, no Granbery, por ocasião em que se tornou necessário o ajuste dos seus cursos superiores às exigências do governo brasileiro, lê-se:

Se a igreja mãe pode e está pronta a subvencionar liberalmente o Granbery, podemos dispensar com qualquer equiparação, e esta dadia será a melhor. Se porém, Ela não pode ou não quer, então seremos obrigados a arranjar reconhecimento oficial ou fechar o estabelecimento como Escola de Pharmácia e Odontologia e Gynásio desenvolvido, e contentar-nos com um curso resumido e um Seminário. Qual será a melhor decisão (LIVRO DE ATAS, 1895 p.33).

Verifica-se que esses três cursos, já representavam o ideal de uma universidade, Charles ^a Long no seu texto "Memórias" diz:

Foi organizada a escola de Farmácia e Odontologia, a primeira escola de Odontologia no Brasil e a escola de Direito começou a trabalhar para uma real universidade (1971, p.33).

Porém, no seu relato sobre o Granbery, mostra a crise interna, principalmente o conflito em decorrência do uso da autoridade. A tensão

maior se deu entre os anos 1914 e 1915, sob a presidência de Bruce, o qual foi arbitrário e autoritário. LONG diz que

queria impor na sociedade e educação brasileira, os métodos e ideais do sistema americano sem uma adaptação devida aos diferentes costumes e cultura. O choque foi tão grande que em 1915, o conflito exigiu sua demissão (1971, p.35).

A Junta Missionária também quis exercer sua autoridade de maneira impositiva. Ao obter informações sobre as dificuldades do Granbery, decidiu pelo fechamento dos cursos superiores e foi difícil fazê-la compreender que essa atitude, sua proposta, teria sérias implicações, como diz LONG :

Exigiram o fechamento da escola profissional... No meio do ano escolar de 1915 a Junta em Nashville ordenou o fechamento da Escola profissional ignorando completamente o fato de que as matrículas e os contratos dos professores, por lei, deviam ser completadas, sujeitas a reembolsos e indenização por perda de tempo (1971, p.35).

Pelo esforço do Dr. Tarbaux, a escola profissional veio a ser fechada no final do ano letivo, evitando problemas maiores (LONG, 1971, p.36). A pressão pela Junta da Missão foi manter a escola fechada, enquanto a junta nacional de diretores pedia a abertura da escola no início do ano letivo. Em meio às divergências, os cursos foram abertos e subsistiram mais alguns anos, a não ser o curso de Direito que foi fechado nesse mesmo ano. Segundo a compreensão de Long, houve abuso de autoridade, chega a dizer: *“Senti neste caso, a injustiça do poder absoluto das autoridades, principalmente do Bispo Mauzon, mais do que do Dr. Look... (1971, p.37).*

Assim, na sua primeira fase, denominada de *“fase missionária”*, constata-se o limite da autonomia dada às instituições; no caso do Granbery o corpo docente reagiu e pediu maior participação da vida institucional. Convém lembrar que nessa época do Granbery, a Igreja Metodista ainda não tinha autonomia nacional, isso só ocorreu a partir de 1930. Portanto, o conflito se estabeleceu entre o Granbery e a Junta de Missão. DUNCAN REILY, diz:

Durante a 1^o guerra mundial, em circunstâncias que considerou bastante críticas a junta insistiu em nomear o presidente do Colégio Granbery, pelo espaço de cinco anos. Frente a essa intromissão, a diretoria simplesmente abriu mão dos seus direitos e responsabilidades para com o educandário, entregando toda a responsabilidade à Junta em Nashville. Foi o clímax de uma série

de interferências e decisões arbitrárias da parte da junta, que mostram o grau de controle exercido por ela e os conflitos resultantes dessa situação (1984, p188).

Arsênio Novaes Netto, no seu estudo sobre o Granbery, toma como uma das preocupações centrais, dizendo

O problema a ser estudado é se o fator básico das crises teve origem na suspeita recíproca entre Mantenedora e Administradora. Se essa 'suspeita' emergiu dos Estados Unidos para o Granbery, neste caso, quais foram as atribuições advindas da Igreja mãe, ou se isso foi algo que surgiu como decorrência de problemas específicos pela Instituição em suas relações com a sociedade brasileira (1995, p. 228).

Com a nacionalização da Igreja Metodista Brasileira e com o aumento das instituições educacionais, no decorrer do tempo, se constituiu a seguinte configuração: A Igreja foi estruturada em 3 níveis: Concílio Geral, Concílios Regionais e Concílios Locais. As instituições educacionais tem um Conselho Diretor, formado por metodistas e escolhido pelo Concílio Geral ou Concílios Regionais; O Reitor / diretor Geral eleito pelo Conselho Diretor, membro da igreja Metodista; o Bispo, tem participação na relação instituição educacional e Igreja; o Conselho Fiscal; a Pastoral Escolar, órgão subordinado ao Bispo, constituído por um Pastor e cooperadores, indicados por ele. O COGEIME, como órgão consultivo, de assessoramento. Entretanto, o 17^o Concílio Geral, realizado em julho de 2001, propõem mudanças, as quais foram previstas a serem implementadas na Assembléia Geral de março 2002. A proprietária dos bens é a Associação da Igreja Metodista e utiliza-os em regime de comodato (MAIA, 1996, p.100)

A questão da autonomia sempre foi um fator de tensão e de divergências. Por ocasião da criação da UNIMEP, diz CECÍLIO NETTO:

Mas a preocupação maior da Igreja Metodista, segundo o Bispo Oswaldo Dias da Silva, era para que se definisse a Universidade conforme os princípios gerais da Igreja: 'A universidade teria que ser evidentemente autônoma, mas, levando o nome da Igreja'...(1998, p.228).

O bispo Messias Adriano é ainda mais categórico: 'Autonomia, sim, até que não esbarre com o confessional' (1998, p.228)

Diz mais: "As preocupações, porém, da Igreja Metodista eram muito mais de ordem administrativa do que confessional..." (1998, p.228).

No caso do Mackenzie, em razão das dificuldades em ajustar o curso às exigências legais do Estado e por conselho de Rui Barbosa, ficou vinculado à Universidade de Nova Iorque. Com isso, ficou livre de ingerência eclesiástica por muitos anos. Mas, antes disso, passou por uma relação de conflito, sobretudo com uma parte da liderança nacional, conforme se constata nas palavras de Jorge C. Mota, diz que :

Na reunião de 1894, a Missão deliberou retirar-se definitivamente da administração do Protestat College e oferece às demais escolas da missão no país a faculdade de opção. A propósito de uma decisão da Missão tomada ainda em 1894, mas posteriormente à decisão sobre a independência do College de S. Paulo, o Dr. Lane escreveu um protesto veemente, do qual consta um lembrete à missão de que o college era independente tanto do Synodo como da missão (MOTA, 1970, p.1).

A vinculação do Mackenzie à Igreja Presbiteriana do Brasil só se deu após algumas décadas e um longo processo. Em 1927, a Escola de Engenharia recebeu autonomia administrativa da parte da universidade de Nova Iorque. Em 1940, criou-se a sociedade civil Instituto Mackenzie, em substituição ao Conselho do Mackenzie College, recebendo a delegação de administrar a obra educacional. Com a fundação da universidade em 1953, haviam recebido os bens em comodato para 10 anos. É então em 1961, que o "Bord of Trustees" de Nova Iorque, doa todos os bens e os passa em escritura para a Igreja Presbiteriana do Brasil, tornando-se a proprietária. No relatório da presidência se diz:

O acontecimento de maior importância, em 1961, foi a nacionalização do patrimônio do Mackenzie, transferido pelo 'Bord of Trustees' à Igreja Presbiteriana do Brasil (MACKENZIE, 1961, p.2).

Começa então uma nova fase, na relação Igreja e Mackenzie. Boanerges Ribeiro diz:

Com as doações em 1961, a Igreja Presbiteriana do Brasil assumiria junto à Sociedade Civil Instituto Mackenzie (organizada em 1940 para substituir o Conselho do Mackenzie college) as funções anteriormente exercidas pela 'Board of Trustee' ou seja, a nomeação do presidente, vice-presidente e tesoureiro desse instituto, assim como a posição de único Associado Vitalício (ANÁLISE, 85, p.5).

O Mackenzie pretendia manter uma autonomia acadêmica e administrativa em relação ao Estado, essa preocupação se vê logo no início, em 1954, quando recebe recursos públicos, a pergunta que se colocou, foi "Que limites estabeleceremos à aceitação de subvenções? Como manter a liberdade acadêmica e a independência administrativa"? Como já foi dito, surge uma nova fase, quando a universidade passa para a Igreja Presbiteriana do Brasil, a partir de 1961. Segundo palavras de Boanerges,

Teoricamente, a universidade é autonomia, tendo como elemento de ligação ao instituto (e conseqüentemente a igreja), o chanceler (atualmente Renato Guimaraes), cargo criado recentemente, que por incrível que pareça, tem poder de veto sobre as decisões do reitor da universidade.... dessa maneira, a autonomia universitária (ou o que restava dela) dentro do Mackenzie deixou de existir no momento em que a igreja conseguiu apoderar-se dos cargos... da Universidade. Resumindo, o presidente da Igreja Presbiteriana é o presidente do Instituto Mackenzie (que é quem escolhe os reitores da universidade) o elemento de ligação é o Chanceler (que também pertence à Igreja), que pode vetar decisões do reitor (que também pertence à Igreja). Sem esquecer o presidente do Conselho Deliberativo do Instituto, que tem lá seus poderes... (ANÁLISE, 1985, p.6).

Essa foi uma fase no Mackenzie, tida por muitos como a "fase Boanerges", cuja gestão foi "de ferro"; com acúmulo de cargos, como se vê: Presidente do Supremo Concílio da Igreja, Presidente do Instituto Mackenzie. A partir dos anos 90, constata-se que a Igreja está procurando exercer presença maior na universidade e está buscando espaço para torná-la "confessional" e conferi-la uma identidade Presbiteriana. Houve alteração do Estatuto do Instituto Mackenzie com mudança do nome, para Instituto Presbiteriano Mackenzie, conforme decisão do supremo Concílio da Igreja em 14 de março de 1996 (Estatuto do Instituto Presbiteriano Mackenzie, 1996, p.1). De acordo com o anteprojeto do Estatuto da universidade, está se mudando o nome da Universidade Mackenzie, diz o Art. 1º "A Universidade Mackenzie, que passa a denominar-se Universidade Presbiteriana Mackenzie, vinculada à Igreja Presbiteriana do Brasil...(ANTEPROJETO, 1998,p.1). Também o Conselho deliberativo do Instituto, atualmente é composto por 13 militantes da Igreja, enquanto em outras épocas, era composto por representantes de vários seguimentos e hoje possuem sala específica, localizada e caracterizada num dos prédios da universidade.

Tomando a questão da autonomia do ponto de vista do conceito da universidade, ou principalmente da sua função primária, a busca da verdade, a pesquisa, ela não poderá estar comprometida com a questão da confessionalidade ou qualquer ideologia. Portanto, nesse sentido não haverá universidade confessional. Segundo a concepção de Humboldt (apud BASTHELO, 2001, p.53): “não é em torno da posse da verdade que a universidade deve se organizar como uma mera instituição especializada de ensino, mas em torno da busca da verdade, como espaço institucional de aprendizagem”. Lembra que segundo Humboldt, a questão da autonomia se encontra não na liberdade de ensino, como se pretende, mas na liberdade de aprendizagem, que consiste, não na mera transmissão de saberes, mas em compartilhá-los de forma existencial (2001, p.53). Porém, como uma de suas funções principais tem sido o ensino, está implicada a questão pedagógica e nesse caso, não há neutralidade. A atividade pedagógica sempre está baseada numa visão de mundo, numa concepção de sociedade, de homem, da sua natureza, do seu destino, das suas relações com outros seres (Kloppernburg, 1997, p.168). Portanto, não há educação ou ensino neutro, e portanto, a autonomia deverá ser entendida dentro desse contexto de relações.

Tomando como base o princípio de que a liberdade se assenta sobre a consciência e o poder do homem sobre a natureza, e por sua vez, sobre sua própria natureza (Vasques, 1982, p.111), o grau de autonomia não é apenas um estado de espírito, de consciência, mas está vinculado ao processo de produção do mundo humano, a sua historicidade. Nesse sentido, a autonomia universitária fica na dependência do nível de consciência e de participação (sujeito) de toda a comunidade universitária, de todo o processo - Universidade e sociedade. A palavra autonomia é um termo composto no grego por duas palavras: “aútos”, que significa “por si mesmo”; “de si mesmo”, e “nómos”, que significa lei, poder de legislar (TOYLOR, 1965, p.38). A idéia é então poder de legislar por si mesmo. Assim a autonomia é tida como característica da identidade da universidade, desde a sua origem, nasceu como instituição mais independente, com mais autonomia.

O conceito de autonomia se fundamenta sobre o “Homo Sapiens” e sobre a finalidade da universidade. Karle Jaspers, no seu postulado, considera que a busca da verdade é um direito da humanidade, sem qualquer constrangimento e que é tarefa da universidade procurar a verdade através de sua comunidade de pesquisadores (DRESE & DEBLLE1983, p. 48). Diante disso, não existiria a idéia de universidade sem a sua autonomia.

É preciso no entanto se perguntar, em que nível se compreende a autonomia da universidade nos diferentes contextos. Almir de Souza Maia, diz que:

De um lado, há aqueles que, por absolutizarem a autonomia das universidades, não conseguem enxergar a possibilidade de instituições de ensino constituídas por Igrejas ministrarem o ensino, conduzirem a pesquisa e alcançarem a comunidade com liberdade (Aput ALVIN, 1995, p.5).

Para situar a questão no âmbito da universidade protestante, na relação instituição eclesial e Educacional/Universidade, se estabelece uma contradição, tomando o sentido da identidade da universidade, concebida como autônoma: a Igreja, como detentora de uma mensagem, a considera verdadeira; não busca a verdade, já a tem e a anuncia. No caso da universidade, enquanto busca contínua da verdade, na prática científica duvida, suspeita. Sendo assim, a universidade protestante há de se caracterizar por uma universidade prioritariamente de ensino e não de investigação. Alvin, no seu texto “Autonomia Universitária e Confessionalidade”, admite a tensão decorrente das duas instituições e considera que a autonomia é de caráter relativo. Diz

É preciso considerar que o conceito de autonomia não é estático, universal e absoluto, e, sim, expressão dialética dependendo de características históricas da época, de cada região, de cada povo. Autonomia tem sido e será, maior ou menor, dependendo do poder das partes em disputa por espaços: Estado, Mantenedora, Comunidade Universitária... (1995, p.14).

Segundo Davi F. Barros e Rinalva C. Silva, a “autonomia universitária passa pelo caminho da competência, que é a capacidade de ‘gerir’ os negócios da instituição”. Nesse sentido, recai sobre “o educador-administrador” (BARROS & SILVA, 1997, p.50). Um outro condicionamento da autonomia tem sido o econômico, principalmente numa fase do protestantismo. A liderança da instituição eclesial cedo entendeu isso, que sua autonomia dependia da autonomia financeira, de recursos próprios e procuraram sua auto-manutenção. Foram nesse sentido os esforços de Carlos Pereira (líder presbiteriano) e posteriormente os esforços de lideranças de outras denominações. A independência econômica das instituições educacionais tem sido mais difícil, tendo em vista seu alto custo. Nesse sentido ficaram por mais tempo dependentes das missões estrangeiras, principalmente quanto às propriedades, imóveis. Como já dito, foi esse também um fator que preocupou o protestantismo em receber

recursos públicos e perder sua autonomia. As instituições eclesiais nacionais que aos poucos foram se tornando proprietárias ou através de suas mantenedoras das instituições educacionais, tem isso como um meio de interferência em última instância. Como por exemplo, tem ocorrido no Mackenzie.

Tomando então a universidade na sua realidade histórica, essa autonomia fica limitada, pela função e finalidade que a atribuem e pela dependência que cria com poderes políticos, econômicos ou seja, com ideologias culturais e burocracias, que se tornam um mecanismo de controle, como diz Max Weber sobre as funções da burocracia no texto *Economia e Sociedade*.

Pode-se dizer que uma vez existindo uma relação, um acordo, um cumprimento de finalidade, entre instituições, no caso eclesial e educacional, haverá limite de autonomia, ou pela missão, finalidade, da confessionalidade ou a partir da estrutura de poder, econômico e burocrático. Normalmente o limite da autonomia e o questionamento nascem a partir das relações de poder, de funções, entre administração, academia, reitor, diretores, docência e discência ou comunidade universitária.

2. A relação eclesial/ educacional e a questão do binômio evangelização e educação

Um dos fatores que gerou conflitos foi decorrente da visão sobre a missão da Igreja, quanto à evangelização e à educação. As agências missionárias que aqui atuaram, deram primazia à evangelização, pois, na sua grande maioria, seus missionários tinham uma concepção conservadora e espiritualista³ da missão da Igreja. Diante disso, também davam prioridade à educação primária e secundária, uma vez que na sua concepção educacional, a formação de caráter, da moral, é de extrema importância que aconteça na tenra idade, assim, nesse nível há maior harmonia entre ambos, enquanto que, ao se chegar na universidade, isso já se torna mais difícil.

Mesmo que a grande maioria das missões privilegiou a evangelização, como já foi afirmado, a educação fez parte do protestantismo e todos os que têm estudado o protestantismo brasileiro confirmam que existia na prática do protestantismo missionário norte-americano o binômio evangelização e educação. Mesmo que os “*Bords*” se tenham sentido mais

³ Visão espiritualista, no sentido de que, defendiam que a igreja deveria se preocupar com a alma, com o espírito. Em contraste com a visão social, que a missão incluía a questão social do homem.

encorajados a investir na educação após os resultados iniciais, não é difícil de ser constatado, que a visão da missão da igreja, abrangia e abrange a educação. Por exemplo, NOVAIS NETTO (1997, p.27), no seu estudo sobre o Granbery, faz referência num dos capítulos sobre o “*Binômio Evangelização e Educação*”, dizendo que:

Essa dupla visão de um só objetivo - evangelização-educação - foi de tal maneira incorporada pelo Colégio Americano Granbery que sua constituição, de 20 de julho de 1896, estabelecia no Artigo IV.

Conquanto os professores de todas as Repartições devem cuidar rigorosamente pelo mais alto desenvolvimento dos alunos, devem contudo lembrar-se de que o fim do Estabelecimento é evangélico, isto é, a verdadeira conversão e o maior desenvolvimento possível moral e espiritual de todos os alunos.

JOSÉ N.MACHADO (1997, p.9) ao estudar a Ideologia da educação Batista, constata esse binômio e diz:

Perceberam, entretanto, desde o início, a necessidade de adicionarem aos esforços da evangelização no Brasil a educação formal, mediante os resultados experimentados em seu país de origem por meio das escolas instaladas. Daí o entendimento de que Evangelização e educação sempre estiveram juntas, no processo salvacionista, trabalhando pelos missionários batistas norte- americanos, no Brasil.

OSVALDO HACK (1985, p.57), no seu texto sobre a educação protestante brasileira, mais especificamente do presbiterianismo, também aponta:

A Igreja Presbiteriana, desde seus primórdios no Brasil, firmou-se no propósito de pregar seus princípios não apenas com a pregação do evangelho, mas também por meio de escolas.

Como já observado, a visão desse binômio como parte da missão não foi homogênea entre as diferentes confissões protestantes, quanto ao nível ou amplitude. Alguns a vincularam a uma dimensão litúrgica, eclesiológica, outros a uma dimensão ético-teológica, mas, em decorrência do seu pragmatismo, pode se considerar que é mais litúrgica-eclesiológica .

A liturgia protestante é uma liturgia do livro — leitura bíblica e uso de hinário por todos, diante disso, foi necessário superar o analfabetismo;

para isso então as escolas paroquiais. Porém, todos também são sacerdotes⁴, o sacerdócio universal, então precisa de um mínimo de preparo e de condições para exercer essa missão. Também a moral depende do nível intelectual⁵; mas também o Reino de Deus é mais amplo do que a subjetividade individual, estende-se por meio do progresso, da melhoria social, das descobertas científicas condizentes com a teologia. Diante disto, a ênfase na educação paroquial, educação básica e secundária, e nível superior. Segundo Antonio G. Mendonça no seu texto “*O Celeste Porvir*”, a educação tinha uma função estratégica, de implantação e de permanência: atingir a elite e formar uma classe dirigente (1984, p.93-111). No caso da educação superior, ela está embutida na visão de que o evangelho abrange a cultura, o progresso, o desenvolvimento para o qual é necessário a formação técnica, científica e também inclui o preparo dos pastores, ou seja, liderança eclesiástica. PERI MESQUIDA diz:

Enquanto as outras denominações históricas de origem norte-americana privilegiaram a evangelização direta, sem esquecer a educação, a Igreja Metodista privilegiou a educação sem omitir a evangelização direta (1994, p.121).

Na medida em que a educação é, no metodismo, o instrumento por excelência da comunicação dos ideais e dos valores próprios à denominação, as ‘escolas seriam os meios eficazes para a evangelização do País’, e evangelizar o país significava transmitir e inculcar os ‘valores cristãos’ do protestantismo anglo-saxão norte-americano (1994, 123).

Esse binômio, porém, foi motivo de gestação de crises, conflitos e polêmicas entre as várias denominações e tendências sobre a ação de evangelização: os de uma visão mais “espiritualista”, subjetivista, isto é, os que priorizavam a salvação da alma, a vida do “além” dedicando-se mais ao proselitismo, e os de uma visão mais social, ética e pragmatista.

Assim, verifica-se ter existido na História da instituição uma sutil mas importante diferença de perspectivas: de um lado a opinião missionária, de que a educação será apenas mais um

⁴ Sacerdotes no sentido de sua condição e relação perante o Divino e não como função litúrgica e hierarquia eclesiástica

⁵ Segundo a visão do protestantismo por ocasião de sua inserção no Brasil, a moralidade da sociedade brasileira era baixa e para elevá-la, defrontava-se com um empecilho: o analfabetismo. Segundo o protestantismo a falta de escolaridade impedia o desenvolvimento da moralidade; o desenvolvimento intelectual é uma condição para o sucesso do desenvolvimento moral. “Mas, ainda que os nossos filhos tenham corpos sãos, os seus intelectos carecem de educação. Os maiores estragos de uma nação resultam da ignorância. O insucesso é filho legítimo da ignorância; o sucesso é filho legítimo do conhecimento”. O JORNAL BATISTA. Rio de Janeiro, 29/06/ 1922, p. 12

meio de eficiente proselitismo, ao passo que, de outro lado, Horace M Lane, liderava a tese do ensino auto-suficiente, não sectário, não visando novos conversos... (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DO MACKENZIE, 1970, p.2).

A educação ocupou um papel relevante no projeto missionário norte-americano para a América Latina, e isto pode ser constatado no congresso "Pan-Americano" em 1916 no Panamá. O relatório do congresso, no capítulo IV - Cooperação em Educação (cooperation in Education) e capítulo V - A mensagem Cristã e as Classes Educadas (The Cristian message and the educated Classes) dedica mais de 200 páginas ao assunto. Porém, faltou-lhe a consciência de seu denominacionalismo, resultado da submissão ao processo social condicionado pelas forças econômicas e políticas (NEURUBR, 1997, p.163). Sua visão e confiança na educação, como parte da sua missão, estiveram conformados com ideais, valores estabelecidos e, portanto, foi incapaz de "ultrapassar" o liberalismo.

No caso dos presbiterianos, a crise entre a relação institucional eclesial e educacional, especificamente com o Mackenzie, deu-se em dois momentos: na fase do projeto inicial e após sua transferência para a Igreja Presbiteriana do Brasil.

Na fase inicial, ocorreu uma crise a partir do fato de que os fundadores não quiseram a interferência eclesiástica, "*É óbvio que tal ponto de vista e procedimento provocou críticas e crises, desde o começo...*", mas também pelo fato da visão quanto à prioridade da missão e os seus investimentos. Havia duas tendências, os que priorizavam a evangelização e os que enfatizavam a educação. Eduardo Carlos Pereira escreveu na "*Revista de Missões Nacionais*", que as igrejas deveriam ser lideradas por pastores nacionais, porém, não os colégios, pois a obra de evangelização sofreria, diz:

Deixemos de lado os colégios; são coisas que os concílios não devem por forma alguma ambicionar... colégios no seio dos concílios seriam vespeiros! (MACKENZIE CENTENÁRIO, 1970, p. 100).

Segundo sua análise, o Mackenzie poderia ser considerado como centro de controvérsias, principalmente, enquanto permanecia seu caráter não - denominacional (RIBEIRO, 1991, p.290).

Numa reunião realizada em 1894, a missão decidiu retirar-se da "Administração do Protestant College". Por outro lado, o Dr. Lane também

manifestara seu protesto quanto a interferência da missão no projeto educacional (MACKENZIE CENTENÁRIO, 1970, p. 101).

Em meio às divergências, o Sínodo presbiteriano desconsiderou o curso de teologia do Mackenzie . Vicente T. Lessa diz: *“Passaram a considerar o seminário como um produto da rivalidade para com o Mackenzie, um fruto do nativismo talvez...”* (ANNAIS, 1938, p. 501)

As divergências em relação à evangelização e à educação somaram-se a outras questões, motivando a separação da Igreja em 1903, ou seja a divisão. A questão maçônica, entre os presbiterianos, teve sua origem e ligação com a questão educacional, pois os maçons protestantes eram os grandes defensores e idealizadores da educação. Entendo que não foi apenas o metodismo que teve uma relação com a maçônica através da educação⁶, pois parte dos missionários educadores eram maçons, somando assim para o condicionamento da crise, tendo a maçônica como objeto de divergências (LESSA, 1938, p. 622). Peri Mesquida diz, referindo-se aos liberais republicanos do final do século passado:

Esses homens aproximaram-se dos metodistas e estimularam a Igreja Metodista a estar presente no Brasil pela educação (MESQUIDA, 1997, p 125).

O elo entre os metodistas norte americanos e a maçônica contribuiu para o transplante, a implantação e a expansão do metodismo enquanto movimento educativo no Brasil (MESQUIDA 1997, p.127).

Naturalmente que a crise em torno da questão educacional não era isolada de questões mais amplas, da visão de missão e das relações entre emancipação/nacionalismo. Assunto tratado no congresso Pan-americano em 1916

A crise seguinte, relação Igreja e Mackenzie, se deu por uma questão de poder e de autonomia, envolvendo a questão econômica, isto é , a propriedade. As décadas de 60 até 80 foram marcadas por constantes conflitos. O Jornal Brasil Presbiteriano, quando nas primeiras seis décadas, silenciou sobre o Mackenzie, após os anos 60, com frequência traz o assunto à tona, com frequentes notícias. A crise teve início em 1966, quando o Conselho Deliberativo do Instituto tentou rejeitar a Administração nomeada pelo Conselho de curadores. Novos conflitos iniciaram por ocasião da eleição do Conselho Deliberativo, ocasião em que entra a

⁶ Peri Mesquida diz, referindo-se aos liberais, republicanos e anti-clericais do final do século passado: “Esses homens aproximaram-se dos metodistas e estimularam a Igreja Metodista a estar presente no Brasil pela educação. Peri MESQUIDA, *Hegemonia Norte-Americana e Educação Protestante no Brasil*, p. 125. Diz mais: “O elo entre os metodistas norte Americanos e a maçônica contribuiu para o transplante, a implantação e a expansão do metodismo enquanto movimento educativo no Brasil” (1997,p. 127).

questão da propriedade, com a declaração de utilidade pública dos bens do Mackenzie e a luta da reintegração da mesma para a Igreja.

Em 1978, a crise desencadeou uma nova cisão na IPB. O documento, “Manifesto de Atibaia” diz:

É evidente que aqueles que têm o domínio, têm poderosa máquina para manobrar com caráter de legalidade, a fim de se perpetuar no Poder... Declaramos que é nosso propósito edificar nova comunidade onde reina o amor e a consagração...Aqueles que sempre se opuseram à presente administração defenderam a desvinculação do Mackenzie da Igreja. Na atual situação, o que vai acontecer, sempre, é a luta política pela direção da Igreja, porque, quem tiver esta, terá também a posse do Mackenzie (MANIFESTO ATIBAIA, 1978).

A comunidade universitária levantou a crítica quanto a perda da autonomia, que vinha se instaurando, por uma atitude conservadora da liderança da Igreja Presbiteriana.

Todos estão insatisfeitos com as formas de gestão da entidade mantenedora (Instituto Mackenzie) que detentora de um Estatuto autoritário (único no Brasil), fere sistematicamente a autonomia da Universidade - didática, disciplinar, administrativa e financeira- garantida pela lei 5540... (ANÁLISE, 1985).

O desenvolvimento da crise foi marcado por acusações, manifestações, reivindicações, durante o ano de 1985 (ANÁLISE, 1985).

No meio dos Batistas, mesmo não chegando à realização do ideal da universidade, as divergências quanto ao projeto de missão: evangelização e educação se manifestaram no debate sobre a possível fundação de universidade. A crise batista de 1925 a 1930, tem como um dos implicadores a questão da educação. A questão surge já em 1922, quando pastores reivindicam prioridade para a evangelização, no chamado “manifesto aos Batistas Brasileiros”, diz o documento:

...Isto não quer dizer que vamos negligenciar as outras fases do trabalho evangélico, mas que daremos à evangelização o lugar devido no programa cristão. A educação segue sempre a evangelização e não esta aquela (REILY, 1984, p.178).

Naturalmente a educação não foi a única razão, mas envolveu a questão do poder de decisão e a questão financeira (REILY, 1984, p.179). A

partir de 1936, os seminários foram separados dos colégios, conforme o documento: “...Considerando que os nossos seminários constituem, depois das nossas igrejas, as instituições mais importantes dos batistas no Brasil... (REILY, 1984, 184).

José Nemésio Machado, no seu trabalho “Ideologia da Proposta de Educação Batista à Luz da Teoria de Morin”, tem como objeto central a crise, o conflito entre duas tendências:

E são exatamente essas duas vertentes que, posteriormente, iriam construir o motivo dos desentendimentos, conflitos e frustrações, entre os batistas. Diante desse quadro, instalaram-se dois grupos (1997, p.9).

Constatou-se através do estudo, que a configuração das relações entre as instituições eclesiais e educacionais gerou um vínculo, seja por meio de uma relação burocrática, formal, através das mantenedoras, dos gestores ou através de uma ideologia e filosofia educacional. O condicionamento dessa relação não foi apenas gerado por fatores internos, ideológicos, mas se deu no contexto de uma conjuntura social e histórica. A Igreja, como instituição social está sujeita a ambigüidades, entre o espírito cristão e em aliar-se ao prestígio e ao poder. Do outro lado, a universidade enquanto instituição social, não é neutra e nem livre.

Também se verificou que, quanto mais próximos os poderes constituídos (eclesial e educacional), maior a tendência de interferência e de tensões. Um dos caminhos procurado para administrar as crises inter-institucionais, foi especificar as funções, estabelecer os limites entre a missão específica de cada uma. Porém, como diz Almir Souza Maia :

Ocorre também que até conselheiros não conseguem separar o limite de uma e de outra entidade. Esse quadro de realidade existe e se constitui em agente potencial de crise. Por outro lado, também o reitor/diretor precisam conhecer os limites da escola para não querer transferir, para ela , a Igreja (GOGEIME, 1994, P 102).

Na medida em que as instituições de educação superior crescem e se complexificam, a tendência é um distanciamento entre igrejas e instituições educacionais de educação superior e a relação tende a se diluir, enfraquecer e as instituições se secularizam.

Constata-se no entanto, que a maior parte dos conflitos entre instituições eclesiais e educacionais, são gerados a partir das instituições eclesiais, em decorrência do exercício do poder e de gestão ou em

consequência da dicotomia evangelização e educação, por se julgarem no direito de interferência, como sendo primeiro e a educação uma extensão de sua missão.

Contudo, a questão não está resolvida. As lideranças das instituições eclesiais e suas comunidades se interrogam sobre a identidade de suas instituições educacionais, e que relação é possível e viável. Do outro lado, a resistência da parte das instituições educacionais a uma maior aproximação e ingerência eclesial.

Bibliografia

ANNAIS DA CBB, Anos 1947 a 1951

ANNUÁRIO DA ESCOLA DE ENGENHARIA MACKENZIE. *Para o Anno de 1894*. São

Paulo, 1935.

ANNALISE. *Orgão Informativo do Diretório Central dos Estudantes da Universidade*

Mackenzie. 1985, S. Paulo: Mackenzie, No 22, Ano VI.

ANNUAL REPORTS. Brasil Mission, 1876 - 1933. Arquivo ILAM, Ano X 2º Semestre, 1946.

ATAS DA ASSEMBLÉIA GERAL. *Conclio das Igrejas Presbiterianas do Brasil*. 1926- 1962.

A CONSTITUIÇÃO DO GRANBERY. Juíz de Fora, Typografia Brasil, 1909.

ALVIN, Gustavo. *Autonomia Universitária e Confessionalidade*. 2º ed. Piracicaba: UNIMEP, 1995.

BRAGA, Erasmo. *O Collegio Internacional e seus Fundadores*. Campinas: s/ed, 1917.

BARROS, Roque Spener Maciel. *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*. S. Paulo: Ed. Convívio EDUSP, 1986.

BELTRÃO, Claudia. *Alma Mater - A autonomia da Origem da Universidade*, Ano, VII, No

12, fev/1997.

BARROS, Davi, SILVA, Rinalva C. *Entre a Autonomia e a Competência*. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1997.

DREZE, Jaques e DEBLLE, Jean. *Concepções da Universidade*. Fortaleza: Univ. Federal do

Ceará, 1983.

ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE MACKENZIE. S. Paulo: Mackenzie, 1991.

ESTAUTOS DO INSTITUTO MACKENZIE. S. Paulo: Mackenzie, 1996.

- ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA. Piracicaba: UNIMEP, 1996.
- ESTATUTO DA UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL- ULBRA. Canoas: ULBRA, 1996.
- ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA EVANGÉLICA. Anápolis, 1987.
- EXPOSITOR CRTISTÃO. Igreja Metodista Brasileira. S. Pulo: Imprensa Medotista, 1889-
- FERREIRA, Ebenezer Soares. *Um Sonho que ainda pode ser Realizado*. In: REVISTA TEOLÓGICA. Rio de Janeiro: Ano X, No 14, Dez/95, p.43-45.
- GRANBERY. *Primeiro Livro de Atas do Granbery*. Juíz de Fora, 1895-
_____. *Segundo Livro de atas do Granbery*. Juíz de Fora, 1915
- GARCEZ, Benedito Novaes. *Mackenzie*. S. paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1970.
- LESSA, Vicente T. do. *Annaes da 1º Igreja Presbiteriana de S. Paulo*. S. Paulo: IPI, 1938.
- LONG, Charles e LONG, Lucy York. *Memórias*. Califórnia: s/ed, 1971.
- MACHADO, José Nemésio. *Ideologia da Proposta de Educação Batista à luz da Teoria de*
- MESQUITA, Zuleica Coimbra. *As Crises da Faculdade de Teologia em 1968*. Piracicaba: UNIMEP, 1997, p. (mimiografado).
- MACKENZIE CENTENÁRIO.-1870 - 1970. S. Paulo: Gráfica Sany Crade, 1970.
- MESQUIDA, Peri. *Hegemonia Norte - Americana e Educação Protestante no Brasil*. Juíz de Fora/ S. Bernardo do Campo: EDETEO, 1994.
- MENDONÇA, Antonio Gôvea. *O celeste Porvir, A inserção do protestantismo no Brasil*. S. Paulo: Ed. Paulinas, 1984.
- MACKENZIE COLLEGE, S. PAULO, BRASIL. *A Presidents annual Report*, Anos 1890-1967.
- NOVAES NETO, Arsénio Firmino de . *As crises de um Ideal : Os primórdios do Instituto Granbery*. Piracicaba: UNIMEP, 1997.
- NEIBUHR, Richard. *As Origens sociais das Denominações Cristãs*. S. Paulo: ASTE, 1997.
- NETTO, Elias Cecílio. *Ousadia na Educação- A Formação da UNIMEP*. Piracicaba: UNIMEP, 1998.

- OLIVEIRA, Cleiton de. *Análise Crítica de uma Experiência Universitária. O Uso da Universidade Metodista de Piracicaba*. Piracicaba, 1983, 340 p. (mimeografado).
- O JORNAL BATISTA. Convenção Batista Brasileira. Rio de Janeiro, 1901-
- O PURITANO. Igreja Presbiteriana do Brasil. Rio de Janeiro, 1889-
- REVISTA REFLEXÃO. *O Pensamento Cristão no Brasil*. Campinas: PUCAMP, Ano X, no 31, Jan/Abril, 1995,
- REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA. Piracicaba, UNIMEP, 1996.
- REGIMENTO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIMEP. Piracicaba, 18p.
- EXTENSÃO. Piracicaba, UNIMEP, s/d.
- RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA DO MACKENZIE. S. Paulo, 1927-1961
- REILY, Duncan. *A História Documental do Protestantismo no Brasil*. S. Paulo: ASTE, 1984.
- REIBEIRO, Boanerges. *Igreja Evangélica e República Brasileira (1889-1930)*. S. Paulo: O Semeador, 1989.
- _____. *Igreja Presbiteriana da Autonomia ao Cisma*. S. Paulo: O Semeador, 1987.
- ROSAS, Paulo. *Para Compreender a Educação Superior Brasileira*. R. de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- STEWORT, C.P. *Mackenzie College - Escola Americana. Noções Sobre a sua História e Organização*. S. Paulo, TXP, Siqueira, 1932.
- SILVA JUNIOR, João dos Reis. *A Formação da Universidade Metodista de Piracicaba: Um Estudo Histórico sobre Administração Universitária*. S. Paulo, (mimeografado).

Almiro Schulz é Mestre em Filosofia e Doutor em Educação. Atualmente é professor permanente do Programa do Curso de Mestrado em Magistério Superior do UNIT, Uberlândia/MG. É professor de Ética do Curso de Mestrado em Direito da UNIP, Campinas/SP.

Endereço: Rua dos Canarinhos, 627, Cidade Jardim – Cep 38412-162. Uberlândia/MG.

Fone: (34) 32152511 – 91197780

E-mail: almiro_schulz@nacionalnet.com.br